



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08/02/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 04

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 08/02/2016

ATA Nº 04

----- Aos oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 25 de janeiro de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

I- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Tolerância de Ponto

----- O Sr. Presidente comunicou ao restante Executivo que, embora a terça-feira de Carnaval não conste da lista de feriados obrigatórios estipulados por lei, existe em Portugal uma tradição consolidada de organização de festas neste período, pelo que, determina, ao abrigo do disposto na al. a), do nº 2 do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 14 de setembro, conceder Tolerância de Ponto, no próximo dia 09 de fevereiro. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.2 - Desfile de Carnaval em Pampilhosa da Serra

----- O Sr. Presidente congratulou-se com a realização do tradicional desfile de Carnaval levado a efeito na Vila, promovido pelo Grupo Cultural e Recreativo de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra, com a participação das Freguesias e da população em geral que, à semelhança de anos anteriores, proporcionaram um evento com muita animação. -----

1.1.3 - Congresso das Cidades, Municípios e Regiões da Europa **- Nicósia, Chipre - 20 a 22 de abril de 2016**

----- Foi presente um e-mail da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que irá ter lugar nos dias 20 a 22 de abril do corrente ano, na cidade de Nicósia - Chipre, o Congresso das Cidades, Municípios e Regiões da Europa subordinado ao tema geral "O Amanhã começa Hoje! Uma Visão Local e Regional para a Europa em 2030". Após análise, a Câmara Municipal indigitou o Sr. Presidente da Câmara para estar presente no referido Congresso. -----

1.1.4 - 3ª Alteração do Orçamento e GOP's 2016

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que procedeu à 3ª alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2016, no total, a débito e a crédito, de 215.000,00 €.

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERIODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 04 de fevereiro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.310.484,07 € (Um milhão, trezentos e dez mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e sete centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 344.009,04 € (trezentos e quarenta e quatro mil e nove euros e quatro centimos), num total de 1.664.098,09 € (Um milhão seiscentos e sessenta e quatro mil e noventa e oito euros e nove centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.2 - Informação genérica favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços

----- Foi presente uma Informação da Divisão Financeira, do seguinte teor: -----

----- “O artigo 12.º -H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, que foi mantido em vigor ex vi n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, determina a prorrogação da vigência da lei do Orçamento do Estado do ano anterior, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.-----

----- Considerando o Decreto – Lei nº 253/2015 anexo a informação seguinte: -----

----- O n.º5 do art.º75.º da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015 estabelece que carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, exceto no caso das instituições do ensino superior e do Camões, I.P, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto Lei n.º47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----

----- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

----- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

----- A celebração e/ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante anual de 5.000€ (sem IVA), nos termos do n.º14 do artigo 75.º da Lei n.º82 -B/2014, de 31 de dezembro, com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do pedido de parecer prévio, embora estejam sujeitos à redução remuneratória prevista nos artigos 2º e 4º da Lei n.º75/2014, de 12 de setembro;-----

----- Foi publicada a Portaria n.º20/2015, de 4 de fevereiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º5 do artigo 75º da Lei n.º82 -B/2014, de 31 de dezembro, e nos n.º2 e 3 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho; -----

----- A aludida Portaria, regula os termos e tramitação a aplicar a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e, ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, celebrados por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º35/2014, de 20 de junho, excluindo os Municípios por força do n.º12 que determina que “... nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º1 do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro.-----

----- Continua a não estar publicada a portaria a que se refere n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, o que faz com que, para a Administração Local, não exista regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo e nos n.º 2 e 3 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;-----

----- Apesar de tal ausência de regulamentação para a Administração Local poder conduzir à inexigibilidade de adotar o regime ali previsto, entendemos que os contratos celebrados ou renovados a partir de 1 de Janeiro de 2015 devem estar sujeitos a parecer prévio do Órgão Executivo de carácter concreto ou genérico, ainda que os termos específicos do mesmo não estejam expressamente estabelecidos; -----

----- No âmbito do Município deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que se não conseguirá sem que, entre outras medidas, à semelhança do que sucedeu para a Administração Central com a Portaria n.º 20/2015, de 4 de fevereiro, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo; -----

----- Tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o estabelecido para a Administração Central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no atinente ao universo de contratação necessária para o assegurar do normal funcionamento dos serviços, bem como ao cumprimento das metas consagradas em orçamento e plano de atividades para 2015. -----

----- Face aos considerandos enunciados anteriormente, proponho que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais supra citadas, a Câmara Municipal delibere: -----

1. Para efeitos do previsto no n.º 5 e 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços; nos casos seguintes:-----

- a) Sempre que a adjudicação ocorra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, ou ainda nos termos do previsto nos artigos 24.º e 128.º do mesmo diploma;-----
- b) Independentemente do valor do contrato, sempre que, cumulativamente, os serviços a contratar não configurem a prestação de trabalho subordinado, se destinem à execução de ações para as quais já esteja garantido financiamento alheio no âmbito de programa específico e já tenham sido consagradas em anteriores deliberações da Câmara, designadamente nos casos dos projetos integrados no QREN e contratos programa; -----

2. A contratação a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior não poderá fazer-se sem expressa confirmação de cabimento orçamental a efetuar pela Divisão Administrativa e Financeira da presente edilidade, depois de verificado o cumprimento das demais disposições legais aplicáveis. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3. Até ao término do mês seguinte ao trimestre a que digam respeito deverá a lista dos contratos celebrados ao abrigo do disposto nos números anteriores, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental, ser disponibilizada aos membros do Órgão Executivo. -----

4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2016. -----

----- À consideração superior." -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - INFORMAÇÃO

3.1.1 - Acumulação de Funções

----- Foi presente a seguinte Informação da Divisão Administrativa: -----

----- "A Lei n.º 35/2014 de 20 Junho, estabelece a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagra, à semelhança do Regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções Públicas, um regime de impedimentos e incompatibilidades visando a imparcialidade no exercício das funções públicas. (artigos 19º a 24º da LTFP). -----

----- Decorre do artigo 269º da Constituição da República Portuguesa e artigos 19º e 20º da LTFP que o exercício de funções públicas não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas - princípio geral de não acumulação de funções - associado à ideia de impossibilidade de exercício simultâneo de dois cargos ou funções, visando a salvaguarda do interesse público. -----

----- Os n.ºs 1 e 2 do artigo 22º tipificam situações consideradas como impossibilidades absolutas e, por esse motivo, insupríveis por autorização superior, contudo, a título excecional, dispõe o n.º 3 do artigo 22º do referido diploma legal, que podem ser acumuladas pelo trabalhador funções ou atividades privadas, designadas incompatibilidades relativas, desde que: -----

----- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas; -----

----- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas; -----

----- c) Não comprometam a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos. -----

----- A acumulação de funções está sujeita à autorização do empregador público, entendendo-se dos preceitos que regulam a matéria que, deverá o Presidente da Câmara, ou quem detenha poderes delegados para o efeito, decidir com base na informação prestada pelos serviços, se deverá ou não deferir o pedido de acumulação submetido à sua apreciação, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 23º e na alínea a) do n.º 2 do art.º 27º da LTFP, conjugado com a alínea a9 do n.º 2 do art. 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

----- Importa, ainda, referir que compete aos titulares de cargos dirigentes, sob pena de cessação da comissão de serviço, nos termos do respetivo estatuto, verificar da existência de situações de acumulação de funções não autorizadas, bem como fiscalizar o cumprimento das garantias de imparcialidade no desempenho de funções públicas. (n.º 3 do artigo 23º LTFP). -----

----- Assim, e uma vez que esta Lei veio revogar a Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, proponho que as acumulações existentes ao abrigo do regime anterior sejam revogadas, nos termos do artigo 165.º do CPA (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), e que os trabalhadores interessados, voltem a fazer o pedido de acumulação de funções.-----

----- Lista das acumulações deferidas pela Câmara Municipal: -----

----- Sandra Sofia Miguel Chora Custódio -----

----- Anabela Nunes Martins -----

----- Sérgio Duarte Antunes Vicente -----

----- Carmen Alexandra Nóbrega Vieira Antunes -----

----- Raquel Dias Marcelino -----

----- As acumulações deferidas pela Câmara Municipal, deverão ser revogadas pelo mesmo órgão. -----

----- A consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

3.2.1 - Freguesia de Pampilhosa da Serra

- Pedido de Apoio Financeiro

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra, com o n.º 263/15, de 13/11/2015, que a seguir se transcreve: -----

----- " Considerando que a Freguesia de Pampilhosa da Serra tem como atribuições a promoção



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

dos interesses das populações locais, designadamente a conservação, beneficiação do património da Freguesia, sob sua responsabilidade; -----

----- Tendo em conta que a Freguesia de Pampilhosa da Serra, empenhada na maior eficácia e eficiência no desenvolvimento das suas competências, com vista a prestar um melhor e mais eficaz serviço à população local, não possui um espaço que sirva de armazém e garagem para acondicionar os seus pertences, materiais e instrumentos afetos ao desenvolvimento de tais competências, estando a usar atualmente as instalações das antigas oficinas do Município para o efeito, julgou necessária a aquisição de alguns imóveis, para a prossecução dos seus fins, mais concretamente para afetar os mesmos a armazéns/garagem/estaleiro, por forma a que possa acondicionar tais materiais e instrumentos de trabalho, tendentes a desenvolver as competências que lhe são cometidas por lei, designadamente: gerir, conservar e promover a limpeza de lavadouros públicos; conservar e promover a reparação de chafarizes e fontanários públicos; manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais, e em suma, para bem administrar e conservar o património da freguesia, na promoção e salvaguarda dos interesses próprios da população. -----

----- Das negociações efetuadas com o proprietário dos prédios que reúnem as condições necessárias para o efeito, chegou-se a acordo pagar 115.000,00 € (cento e quinze mil euros), pela aquisição dos seguintes imóveis, cujas certidões se anexam: -----

----- - Artº U-2490 - Uma casa de arrecadação e armazém, sita à Ponte Covilhã, com a área de 250 m2, descrita na competente Conservatória sob o número: 1945, com o V.P: 21.020,00€; -----

----- - Artº U-2491 - Uma casa de arrecadação, sita à Ponta Covilhã, com a área de 120 m2, descrita na competente Conservatória sob o nº 1946, com o V.P: 8.950,00€; -----

----- - Artº R-12030 - Terra de mato, olival, cultura arvense, 4 pessegueiros, 2 macieiras e videiras em cordão, com a área de 1.550 m2, descrita na competente Conservatória sob o nº 1947, com o V.P: 51,97€. -----

----- Não obstante os esforços empreendidos pela Freguesia, os recursos financeiros de que dispõe não lhe permite por si só custear, na totalidade, a aquisição dos prédios supra identificados, tão importantes para esta freguesia e para todos os Fregueses que esta representa. -----

----- Face ao exposto, tendo em conta que tal aquisição se destina a melhorar as condições necessárias ao bom funcionamento desta freguesia, por forma a refletir-se nos serviços prestados a toda a comunidade local, solicita-se a colaboração do Município a que V.Exª Preside, no sentido de apoiar financeiramente a aquisição dos prédios supra identificados." -----

----- A Câmara Municipal, após análise e tendo presente a Informação de Cabimento e o comprovativo de fundos disponíveis emitidos pela Secção Financeira, deliberou por unanimidade, no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, propor à Assembleia Municipal a concessão de apoio financeiro no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) à Freguesia de Pampilhosa da Serra, que esta afetará à aquisição dos citados imóveis. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais deliberou remeter a presente deliberação aos Serviços Jurídicos do Município para efeitos de elaboração de minuta de Protocolo a submeter também à apreciação por parte da Assembleia Municipal -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 – Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra

- Pedido de atribuição de apoio financeiro

----- Tendo em conta o pedido de apoio financeiro formulado pelo Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra, através de ofício datado de 15 de janeiro de 2016, foi presente uma minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra, cujo objeto consiste na atribuição de um subsídio no valor de 9.000,00 € (nove mil euros), destinado a apoiar o seu funcionamento, na prossecução das suas atribuições estatutárias.-----

----- A verba consignada no presente Protocolo, está conforme a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e transferir a citada verba de 9.000,00 € para o Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 – Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a B.A.D.A – Bike Associação de Desporto e Aventura

----- Na sequência da proposta apresentada pela B.A.D.A – Bike Associação Desporto e Aventura, para a realização da 2ª etapa da Taça de Portugal DHI, nos dias 02 e 03 de abril de 2016, em Pampilhosa da Serra, foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a B.A.D.A – Bike Associação de Desporto e Aventura, cujo objeto consiste: -----

----- 1 - Atribuição de apoio não financeiro, tendente a assegurar a divulgação local do evento, o apoio humano e logístico necessário à realização da prova, ; -----

----- 2 - Atribuição de apoio financeiro no montante de 9.950,00 € (nove mil novecentos e cinquenta euros) com vista a comparticipar os encargos inerentes à realização da 2ª etapa da Taça de Portugal DHI, nos dias 02 e 03 de abril de 2016, em Pampilhosa da Serra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A verba consignada no presente Protocolo, está conforme a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.4 - Candidatura ao Arrendamento da Fração B, do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, da Sociedade Barata & Marcelino - Engenharia Energética, S.A.

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *“Na sequência do requerimento subscrito pelo Senhor Fernando dias Barata e pelo Senhor José Jerónimo Alves Marcelino, com registo de entrada nº 0912, datado de 22/01/2016, Administradores da Sociedade BARATA & MARCELINO, ENGENHARIA ENERGÉTICA, S.A., com sede em Adémia – 3025-317 Coimbra, com o NIPC nº 501 560 360, CAE nº 43210, registada na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra com o nº 501 560 360, a solicitar ao Município de Pampilhosa da Serra, conceder-lhe a adjudicação do arrendamento da Fração B, do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra. ---*

----- *Após análise do requerimento/candidatura e dos documentos anexos, cumpre informar o seguinte:-----*

----- *A ora requerente propõe-se desenvolver a atividade nas Áreas de Construção de Linhas de Alta e Média Tensão, bem como respetivas Redes e Iluminação Pública e reparação de avarias neste Concelho, visando a centralização de toda a logística a ela inerente, nomeadamente a necessidade de um local de armazenagem de diversos materiais e viaturas. -----*

----- *A requerente possui 164 postos de trabalho e pretende criar inicialmente neste concelho 6 (seis) postos de trabalho, a afetar ao desenvolvimento daquela atividade. -----*

----- *Mais se informa, que para dar cumprimento à formalização da candidatura, a requerente apresentou os documentos seguintes: -----*

----- *- As duas últimas declarações de IRC; -----*

----- *- Certidão das Finanças certificando que a sociedade em questão tem a sua situação regularizada; -----*

----- *- Certidão da Segurança Social certificando que a Sociedade tem a sua situação contributiva regularizada; -----*

----- *- Cópia do cartão da empresa; -----*

----- *- Certidão permanente; -----*

----- *- Cartão de Cidadão dos dois Administradores que obrigam na sociedade em questão; -----*

----- *Assim, considerando o disposto na Cláusula Décima Quarta, respeitante à candidatura,*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

estão cumpridos os requisitos exigidos quanto aos documentos apresentados. -----
----- No que diz respeito ao Processo de Seleção, do Documento das Normas de Utilização e Arrendamento das suas Frações, informa-se que: -----

"Cláusula Décima Quarta" **(Processo de Seleção)**

1 - A seleção e adjudicação do arrendamento é feita pela Câmara Municipal, casuisticamente, tendo por base os seguintes critérios/fatores de ponderação: -----

- a) Número de trabalhadores da empresa; -----
- b) Novos postos de trabalho a criar; -----
- c) Mérito para a política económica do Município. -----

2 - Para efeitos da atribuição do arrendamento relevará o número de postos de trabalho a criar e o mérito para o desenvolvimento empresarial do Concelho, sendo o arrendamento do espaço identificado com letra C (com maior área) atribuído em função do maior número de postos de trabalho que a empresa candidata se proponha criar, com base no seguinte critério: -----

----- Um posto de trabalho/80 m2 área (...) "-----
----- Pelo que, submete-se à apreciação e deliberação do Órgão Executivo Autárquico a candidatura apresentada pela Sociedade supra identificada e eventual adjudicação do arrendamento da Fração B, juntando-se para o efeito: Requerimento, documentos anexos, cópia de documentos que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar o arrendamento da Fração B do Pavilhão em causa, atentos os fatores de ponderação mencionados. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.5 - Início de Procedimento de Elaboração do Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- "Considerando que o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, veio alterar o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, estabelecendo um novo regime quanto aos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. A par da liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos procedeu-se a uma descentralização da decisão de limitação dos horários. Prevê, pois, aquele diploma que as autarquias possam restringir os períodos de funcionamento, atendendo a critérios relacionados com a segurança e a proteção da qualidade de vida dos cidadãos, sem prejuízo da lei laboral e do ruído. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Decorre do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que as câmaras municipais devem adaptar os regulamentos municipais em função do disposto no artigo 1.º (liberalização dos horários) ou do artigo 3.º (restrição dos horários). Ou seja, cabe aos municípios, atendendo aos respetivos contextos, nos domínios económico e social, seguir a via da liberalização ou a da restrição, que, por sua vez, pode ser mais ou menos acentuada.-----

----- Face ao mencionado quadro legislativo em vigor, ao preceituado no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e ao disposto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, impõe-se a alteração do regulamento municipal em vigor, no sentido de o adaptar às recentes alterações legislativas. Tal alteração implicará uma cuidada ponderação dos interesses em presença, tendo em vista a sua necessária conciliação, nomeadamente os interesses da livre iniciativa económica privada, por um lado, e por outro, o direito à tranquilidade, ao repouso e ao sono, bem como à segurança dos cidadãos em geral.-----

----- Assim, face ao exposto, permita-me sugerir que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e no disposto no Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, mais concretamente o n.º 1 do artigo 98.º do Anexo ao referido diploma legal, aprovar o início do procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Pampilhosa da Serra.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o início do procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Pampilhosa da Serra.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

4.1.1 - Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra_CIP, Construção, S.A_Auto de receção provisória

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra”, a firma CIP, Construção, S.A, apresentou em



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

16/12/2015 o pedido de receção provisória da empreitada. -----
---- A vistoria foi realizada em 23/12/2015 tendo sido elaborado o auto de receção que se junta, e que inclui os anexos I e II onde estão enumeradas as anomalias / faltas verificadas. -----
---- Atento o tipo de faltas verificado e a necessidade imperiosa de ser efetuada a receção provisória até 31/12/2015, data limite imposta pelo QREN, foi entendimento da fiscalização da empreitada que estavam reunidas as condições mínimas para que se operasse a citada receção provisória. -----
---- Assim, proponho que seja submetida à apreciação e votação em reunião de Câmara, para efeitos de homologação do auto de receção provisória e concessão de um período de 30 dias para que o empreiteiro proceda à correção integral das anomalias constantes do citado auto. -----
---- À consideração superior". -----
---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
---- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra_CIP, Construção, S.A., Auto de trabalhos a menos nº 1

---- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
---- "Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra", verificou-se no decurso da execução que existiam trabalhos a menos. -----
---- Depois de devidamente quantificados e apurados, conjuntamente com o adjudicatário, apurou-se a existência de trabalhos a menos no montante de 42.805,17 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o valor total de 45.373,48 €, conforme auto que se anexa. -----
---- Assim e dado que o presente auto de trabalhos a menos está correto e assinado pela fiscalização e representante do empreiteiro, proponho que o mesmo seja apreciado e votado em reunião de Câmara para efeitos de homologação. -----
---- À consideração superior." -----
---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
---- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - Proposta de Delimitação da ARU - Área de Regeneração Urbana da Vila"



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra tem vindo a promover ao longo dos últimos anos um conjunto de iniciativas de recuperação de espaços públicos e de reabilitação de edifícios e equipamentos urbanos, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento do Concelho e da vila do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental. -----

----- A reabilitação urbana consiste numa intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios. -----

----- O atual Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), previsto no Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro (republicado em anexo à Lei nº32/2012, de 14 de agosto) e Decreto Lei nº 136/2014, de 09 de setembro, confere elevada prioridade à criação das denominadas Áreas de Reabilitação Urbanas (ARU), como ferramenta essencial na revitalização das cidades, vilas e única forma de aceder aos apoios e incentivos previstos na lei. -----

----- Nos termos do art.º 5º do RJUR incumbe, para além do Estado e das Regiões Autónomas, às autarquias locais assegurar a promoção das medidas necessárias à reabilitação das áreas urbanas que dela careçam. -----

----- Para efeito do nº 1 do art.º13º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, a delimitação da ARU - Área de Reabilitação Urbana, é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, devidamente fundamentada, conforme referido no nº 2 do citado artigo. -----

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter o referido documento, para efeito do disposto no art.º 13º do RJRU, à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

6.1 - Atualização da Composição do Conselho Municipal de Educação

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- *“O Conselho Municipal de Educação de Pampilhosa da Serra, constituído em 14 de*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

fevereiro de 2004, é composto e constituído de acordo com os artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro. -----

----- Face às alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003 de 22 de agosto, pela Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015 de 11 de maio, designadamente no que concerne à sua composição vertida no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, torna-se necessário proceder à atualização da composição do Conselho Municipal de Educação, que passa a ter dois novos representantes: -----

----- - O Presidente da Junta de Freguesia, em representação das freguesias do concelho, **que deverá ser eleito pela Assembleia Municipal;** -----

----- - O Diretor do Agrupamento de Escolas e de escolas não agrupadas da área do Município;

----- Face a estas duas novas representações, o Conselho Municipal de Educação de Pampilhosa da Serra passa a ter a seguinte constituição: -----

----- - O Presidente da Câmara Municipal, que preside; -----

----- - O Presidente da Assembleia Municipal; -----

----- - O Vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências e impedimentos; -----

----- - O Presidente da Junta de Freguesia, em representação das freguesias do concelho; -----

----- - O Delegado Regional de Educação da Direção de Serviços da região cuja área territorial corresponda à do Município, integrada da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, ou a quem o Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares designar em sua substituição; -----

----- - O Diretor do Agrupamento de Escolas e de escolas não agrupadas da área do Município; -

----- - Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público; -----

----- - Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público; -----

----- - Um Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública; -----

----- - Dois Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação; -----

----- - Um Representante da Associação de Estudantes; -----

----- - Um Representante das IPSS do concelho que desenvolvam atividades na área da educação; -----

----- - Um Representante dos Serviços Públicos de Saúde; -----

----- - Um Representante dos Serviços da Segurança Social; -----

----- - Um Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional; -----

----- - Um Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do desporto; -----

----- - Um Representante das Forças de Segurança; -----

----- De acordo com o n.º 4 do artigo 5.º da lei n.º 41/2003 de 2 de agosto, pode o Conselho Municipal de Educação deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões, personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise. -----

----- Verificadas as referidas alterações, e por forma a dar cumprimento ao artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, informa-se da necessidade da Câmara Municipal propor a atualização da constituição do Conselho Municipal de Educação à Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade propor a atualização da constituição do Conselho Municipal de Educação à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




